

HABEAS CORPUS Nº 568.033 - RS (2020/0072828-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : LEONARDO PIRES DE ALMEIDA
ADVOGADO : LEONARDO PIRES DE ALMEIDA - RS100573
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GUSTAVO LUIZ DA SILVA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GUSTAVO LUIZ DA SILVA DOS SANTOS contra decisão liminar do Tribunal do Rio Grande do Sul (HC n. 0048200-33.2020.8.21.7000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 25/9/2019 e condenado em 28/1/2020, como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, inicialmente em regime fechado, vedado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 71/79).

Dessa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar na Corte estadual. O Relator da ação de origem, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 92/94).

Na presente oportunidade, a defesa afirma a falta de fundamentos idôneos para a manutenção da prisão preventiva, como também excesso de prazo, ressaltando que se encontra preso preventivamente há 6 meses.

Informa, que *[i]nterposta apelação criminal, a qual, como relatado, fora recebida pelo magistrado a quo e os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça para que, nos termos do art. 600, § 4º, do CPP, abra-se vista para Defesa para apresentar razões recursais* (e-STJ fl. 5).

Assim, a defesa postula, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva com a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, tudo com superação do enunciado n. 691 do STF.

É o breve relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No caso, ao proferir sentença condenatória e negar ao paciente o direito de recorrer em liberdade, o Magistrado de primeiro grau considerou relevante a quantidade/variedade de droga apreendida, bem como os antecedentes criminais, por ser o paciente reincidente específico. Confira-se (e-STJ fls. 76/78 grifei):

[...]

E, contrariando a negativa isolada do réu, os depoimentos dos brigadianos, desde o flagrante, são harmônicos e coerentes ao esclarecerem as circunstâncias da abordagem, desencadeada após informações e denúncia anônima de que no local, amplamente conhecido por ponto de tráfico, estariam indivíduos traficando, culminando com a abordagem do réu, após tentativa de fuga do mesmo junto de outros indivíduos, sendo com ele apreendido uma mochila contendo 306 porções de maconha, 659 pedras de crack e 394 pinos de cocaína, em quantidades completamente incompatíveis com o mero consumo, anotações do tráfico (que inclusive mencionam o nome do réu) e R\$ 740,00, ou seja, tudo característico da traficância.

Aliás, a conduta do réu no momento da abordagem policial e a prova testemunhal evidenciam que o destino da droga era comercial, pois o local da prisão em flagrante é conhecidíssimo ponto de tráfico desta capital, com incursões policiais frequentes e que geralmente culminam com a prisão de indivíduos exercendo ali o tráfico de entorpecentes.

[...]

Oportuno frisar que o acusado não possui apenas o presente envolvimento nessa atividade delitiva, já tendo sido anteriormente condenado definitivamente, além de ostentar uma condenação provisória, pelo mesmo crime de tráfico de entorpecentes, conforme se verifica de sua certidão de antecedentes (fls. 108/109v), o que somente confirma a prova produzida e a conclusão de seu envolvimento reiterado com a espécie delitiva em análise. Além disso, evidentemente também impede seja o mesmo contemplado com a privilegiadora do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, pois não preenche os requisitos exigidos no citado dispositivo legal.

[...]

Tocante ao regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, impende fazer a detração do tempo de prisão cautelar do acusado (126 dias). Assim, tendo em vista que restam 05 anos, 06 meses e 24 dias de pena para cumprimento, e considerando que se trata de réu reincidente específica, fixo o regime inicial fechado, nos termos do art. 33, § 2º, alínea 'a', do Código Penal.

Em face da reincidência, bem como da pena e do regime aplicados, incabível é a substituição por pena restritiva de direitos ou a concessão de sursis (arts. 44 e 77 do CP)

[...]

Considerando que o réu respondeu a todo o processo segregado, tendo sido condenado por crime cuja pena fixada deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, não poderá apelar em liberdade, eis que mantidos os requisitos da prisão cautelar, em especial para a garantia da ordem pública e, agora, para a aplicação da lei penal. Não se olvide, o réu é reincidente e denotou que solto vem encontrando estímulos à reiteração delitiva.

Diante do contexto informativo apresentado nos autos, o Relator da ação originária entendeu não haver ilegalidade manifesta, motivo pelo qual indeferiu a liminar.

Efetivamente, "conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais

Superior Tribunal de Justiça

pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (RHC n. 107.238/GO, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 26/2/2019, DJe 12/3/2019).

Ademais, "[a] existência de édito condenatório enfraquece a presunção de não culpabilidade, de modo que seria incoerente, não havendo alterações do quadro fático, conceder, nesse momento, a liberdade" (RHC n. 105.918/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/3/2019, DJe 25/3/2019).

Com efeito, "[e]sta Corte Superior possui entendimento de que a quantidade, a variedade ou a natureza da substância entorpecente apreendida podem servir de fundamento para a decretação da prisão preventiva" (HC n. 547.239/SP, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 3/12/2019, DJe 12/12/2019).

Assim, não se verifica manifesta ilegalidade na decisão que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte. Entendo que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* no momento adequado.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator